

CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CURSO “ACESSIBILIDADE PARA A GESTÃO CULTURAL: TEORIAS E PRÁTICAS ANTICAPACITISTAS” DO SESC SÃO PAULO

ANDRADE, A.C - andresa.caravage@sescsp.org.br

Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo

ZAMARO, L.H.F. - ligia.zamaro@sescsp.org.br

Gerência de Educação para Sustentabilidade e Cidadania

Palavras-chave: Acessibilidade. Gestão Cultural. Educação não-formal.

RESUMO

O Serviço Social do Comércio (Sesc) - instituição privada de interesse público, criada em 13 de setembro de 1946 por meio do decreto lei nº 9.853 - tem por objetivo proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores do setor e dependentes por meio da educação não-formal, cultura, esporte e lazer.

Ao longo de seus quase 80 anos, o Sesc tem atuado de forma inovadora e pioneira ao considerar em suas ações programáticas as questões contemporâneas. O Sesc São Paulo atua em 43 unidades operacionais, distribuídas na capital, grande São Paulo, interior e litoral e possui unidades em estágio de implantação. Com o objetivo de contribuir com a qualificação de gestores da área cultural e esportiva o Sesc SP tem criado cursos temáticos como o Curso de Acessibilidade para a gestão cultural: teorias e práticas anticapacitistas, para atender uma lacuna na área e contemplar as discussões recentes da área em torno da cultura DEF. cultura do acesso, anticapacitismo, direito das pessoas com deficiência e participação social.

INTRODUÇÃO

Em 2012 o Sesc São Paulo criou o Centro de Pesquisa e Formação (Sesc CPF), com o intuito de fomentar a produção e difusão do conhecimento ao passo que contribui para a formação profissional continuada. O Sesc CPF se caracteriza, portanto, como uma unidade especializada ao abordar temáticas permanentes, transversais e emergentes envolvendo educação, cultura e lazer, com o saber-fazer institucional acumulado ao longo dos anos.

Em 2013, é implantado o *Curso Sesc de Gestão Cultural*, seguindo os mesmos moldes, em 2022 surge o *Curso Sesc de Gestão do Esporte: diversidade, cultura e*

lazer, estes cursos têm por objetivo qualificar gestores da área cultural e esportiva, com 250 horas cada. Os interessados se inscrevem para processo seletivo, aberto anualmente.

Neste intervalo, cursos condensados foram criados de forma complementar a formação dos gestores culturais e esportivos: Curso de Direitos Humanos para gestão cultural: teorias e práticas antidiscriminatórias; Gestão cultural em contextos tradicionais e, mais recentemente o Curso Acessibilidade para a gestão cultural: teorias e práticas anticapacitistas, aqui apresentado. Este curso surge do trabalho formativo do Sesc São Paulo, por meio do Centro de Pesquisa e Formação e da área de Educação para Acessibilidade da Gerência de Educação para Sustentabilidade e Cidadania (GESC).

A área de Educação para Acessibilidade da GESC foi criada em 2015, com o propósito de conceituar e difundir ações sobre acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência, incentivando sua participação social e protagonismo nas mais variadas programações artísticas, esportivas e educativas do Sesc São Paulo. Neste sentido, a área de Educação para Acessibilidade oferece o suporte conceitual e metodológico às unidades operacionais do Sesc São Paulo, seja nas ações programáticas regulares ou em projetos em rede, como o Modos de Acessar - programação com foco em acessibilidade e na agenda anticapacitista.

O Curso Acessibilidade para a Gestão Cultural: teorias e práticas anticapacitistas

O Brasil possui grande arcabouço legal sobre a materialização de acesso das pessoas com deficiência aos seus direitos. No campo cultural, destacam-se as instruções normativas relacionadas à acessibilidade na Ancine, no ProAC (estado de São Paulo) e nas Leis Rouanet, Aldir Blanc e Paulo Gustavo. Neste sentido, observou-se a necessidade de desenvolver uma formação que articule o panorama legal às práticas de acessibilidade para melhor análise, construção e avaliação de projetos acessíveis.

Criado em 2024, o Curso Acessibilidade para a gestão cultural: teorias e práticas anticapacitistas objetiva qualificar gestores culturais de instituições públicas e privadas e do terceiro setor, coletivos, grupos artísticos, educadores, fornecedores de recursos de acessibilidade, profissionais independentes com e sem deficiência que atuam no campo cultural. O curso visa ser um ambiente democrático para o debate de diferentes perspectivas anticapacitistas contemporâneas, assim como contribuir para a articulação em rede entre esses profissionais e equipamentos culturais. A matriz curricular se apoia na flexibilidade de conteúdos, o que permite que a cada edição seja possível rever tópicos, temas e palestrantes convidados, de acordo com as discussões e contexto da área.

Com 85 horas distribuídas em 32 aulas o curso está dividido em três núcleos temáticos: 1. Corpos divergentes, deficiência, cultura e interseccionalidades; 2. Ferramentas de acessibilidade para a ação cultural e; 3. Critérios para a criação de projetos de acessibilidade na área cultural; e um núcleo de acompanhamento e avaliação.

A abordagem metodológica do curso baseia-se no Desenho Universal de Aprendizagem (DUA), com aulas online e síncronas via Zoom. Os recursos de acessibilidade são oferecidos conforme a demanda de participantes e palestrantes. A escolha da plataforma visa ampliar o acesso, aproveitando funções como legendas automáticas e compatibilidade com leitores de tela, beneficiando pessoas surdas, ensurdecidas, neurodivergentes, cegas e com baixa visão. As aulas contam com audiodescrição aberta e os palestrantes são orientados a descrever a si mesmos e os elementos visuais estáticos. Para conteúdos audiovisuais, é orientado o uso de versões acessíveis com audiodescrição e Libras ou, na ausência destes, legendas e notas proemias. O formato remoto favorece a participação de pessoas com mobilidade reduzida ou residentes em regiões com pouca oferta de formação na área. Além disso, as aulas são gravadas e disponibilizadas posteriormente, ampliando o acesso para quem precisa rever os conteúdos ou por alguma questão não pôde acompanhar ao vivo.

Estas características permitiram a participação de pessoas com deficiência de diversas partes do país. Fato que contribuiu para a viabilidade técnica e orçamentária do curso e a descentralização das discussões sobre acessibilidade para além do estado de São Paulo.

A concepção do curso teve como objetivo transpor para a prática uma discussão que vem sendo amplamente fomentada pelas políticas públicas de cultura no Brasil, especialmente no que tange à acessibilidade. Durante a etapa de pesquisa para o desenvolvimento da proposta, identificou-se uma significativa lacuna na oferta de cursos voltados à acessibilidade cultural, com escassez de iniciativas recentes no formato de cursos livres, extensão universitária ou aperfeiçoamento. Observa-se, a predominância de ações pontuais, como oficinas e formações de curta duração promovidas por instituições culturais, abordando temas específicos como audiodescrição em artes cênicas, transcrição poética em Libras, entre outros.

Uma das referências para a proposta foi o *Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural* (CEAC) *lato sensu*, criado em 2013, por meio de uma parceria entre o Ministério da Cultura, com a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo Departamento de Terapia Ocupacional e o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, com coordenação da Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Silva Dorneles. À época foi oferecido presencialmente com 42 vagas e teve o objetivo de formar especialistas em

acessibilidade cultural capazes de atuar em políticas públicas e desenvolver ferramentas de acessibilidade. Outra referência foi o curso *Acessibilidade em Ambientes Culturais* (2016), realizado em edição única em 2016 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De forma online, gratuita e assíncrona o curso teve 420 vagas. Outra inspiração recente foi o *Curso de Acessibilidade Cultural: Direitos Culturais e Cultura do Acesso*, realizado durante o 10º Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC (2024), na UFRJ. Ali, os termos artista DEF e cultura DEF são enfatizados nas discussões sobre representatividade e anticapacitismo, por pesquisadores com deficiência como Anahí Guedes de Mello e Estela Lapponi.

Estas iniciativas fortaleceram o contexto para a criação do *Curso Acessibilidade para a Gestão Cultural: teorias e práticas anticapacistas* do Sesc São Paulo, proposta que se concentrou em estabelecer um espaço semelhante para o diálogo de diferentes perspectivas de acessibilidade, cultura do acesso, às expressões de artistas DEF entre outras correntes conceituais no campo da gestão de projetos acessíveis.

Perfil dos palestrantes

Formado por 44 profissionais com e sem deficiências de diversas partes do Brasil, os palestrantes convidados são pesquisadores, artistas com deficiência, gestores e produtores culturais com trabalhos relevantes na área da acessibilidade. A seleção contou com critérios como pertinência de atuação no campo, difusão de conceitos aliados a propostas práticas em acessibilidade, produção artístico-cultural de pessoas com deficiência, bem como panorama técnico e metodológico sobre a acessibilidade em projetos culturais.

Perfil dos participantes

A divulgação do curso ocorreu pelas redes sociais do Sesc São Paulo e as inscrições aconteceram pelo portal da instituição, com a informação disponível em vídeo em Libras e legendas. O processo seletivo do curso está baseado em duas etapas: inscrição e entrevistas. Os critérios de seleção incluem: o perfil de atuação, a distribuição geográfica (priorizando acesso a localidades com menor presença de discussões com os temas do curso), marcadores sociais (raça/etnia, gênero, deficiência e etário), bem como o potencial de multiplicação dos saberes nos territórios de atuação.

A oferta de recursos de acessibilidade é prevista por demanda a partir da solicitação no ato da inscrição. O formulário contém perguntas abertas - sem identificação definida de recurso de acessibilidade -, desta forma, as pessoas se sentiram à vontade para sinalizar - entre outros aspectos - a preferência pela comunicação via

chat do curso, a oferta de legendas ou Libras etc. A seguir o Quadro 1. detalha o perfil dos participantes.

Quadro 1. Perfil dos participantes

	1ª edição	2ª edição
Inscritos	192	211
Participantes	55	73
Desistências	10	12
Gênero	41 mulheres cis 12 homens cis 02 pessoas não-binárias	35 mulheres cis 01 mulher trans 12 homens cis 03 pessoas não-binárias 01 gênero fluido
Pessoas com Deficiência	08 pessoas neurodivergentes 03 pessoas com def. visual 01 pessoas com def. física 01 com misofonia	05 pessoas neurodivergentes 03 pessoas com def. visual 01 pessoa com def. auditiva 01 pessoas com def. física
Raça/Etnia	29 branca 14 parda 04 preta 01 amarela 07 Sem informação	27 branca 12 parda 12 preta 02 amarela 20 Sem informação
Indicações	5 indicações da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do Estado de SP 2 indicações da Secretaria de Cultura RS - Sistema Estadual de Cultura SEDAC-RS	1 indicação Secretaria do Estado dos Direito da Pessoa com Deficiência
Sesc SP	9 unidades/gerências técnicas	15 unidades/gerências técnicas

Outros departamentos regionais do Sesc	5 departamentos regionais (GO, MA, PE, RO, TO)	5 regionais (Departamento Nacional, BA, GO, PE, PR)
Estados	23 estados	14 estados
* Estados sem participantes até o momento: AC, AL, AP, MS, PB, RN e RR		

Modos de participação

No início do curso os participantes são convidados a criar um perfil no aplicativo Padlet, para se apresentar com uma foto e a respectiva audiodescrição, breve descrição da formação acadêmica e das experiências profissionais, assim como dados para contato. Também é criado um grupo de Whatsapp para compartilhar informações durante e após o curso, favorecendo a formação e manutenção da rede.

Os materiais complementares, assim como as apresentações das aulas, são disponibilizados em formato PDF com audiodescrição das imagens e/ou com textos alternativos, em padrão pensado a considerar a acessibilidade, com tamanho de fonte e descrição das imagens no próprio conteúdo.

O trabalho final é coletivo, unindo os conhecimentos do curso a estudos de caso reais, cooperando para o contexto de locais e instituições em que os participantes atuam, por meio de exercício de criação de planos de acessibilidade em exposições, em projetos culturais específicos e/ou em espaços culturais.

Avaliação das pessoas participantes

Na avaliação da 1ª e da 2ª edição, as pessoas participantes destacaram positivamente a diversidade de profissionais, o formato online e a abordagem orgânica da acessibilidade. Houve elogios à coordenação, à qualidade dos conteúdos e à presença de artistas com deficiência, além do sentimento de pertencimento e reflexões sobre o capacitismo estrutural. A estrutura do curso, os materiais disponibilizados e o protagonismo das pessoas com deficiência foram considerados pontos altos.

Por outro lado, houve a sugestão de melhorias como mais interação entre participantes, aprofundamento temático sobre surdocegueira e neurodivergência e mais atividades práticas. Também apontaram dificuldades com a plataforma de acesso aos materiais, o horário das aulas e a ausência de um módulo presencial. Houve propostas para futuras edições, como ajustar o cronograma e fortalecer a abordagem anticapacitista.

Para a 2ª edição do curso alguns tópicos foram somados a partir das avaliações tais como: a ética na acessibilidade, a inteligência artificial (IA) e a surdocegueira, além de mais momentos de troca e construção coletiva. Para outras edições mais conteúdos serão inseridos, como os cuidados quanto à contratação de pessoas com deficiência que recebem o benefício de prestação continuada (BPC), questões específicas no campo jurídico e de escrita de projetos acessíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso se apresenta como relevante na área da acessibilidade cultural e da cultura do acesso pela baixa oferta de cursos de formação e qualificação na área. O formato online - embora permita maior viabilidade técnica e financeira com relação à acessibilidade - também apresenta limitações, como a menor interação dos participantes.

As temáticas respondem a premissas legais aliando conceitos a propostas práticas na criação de projetos acessíveis. O formato do curso permitiu aplicar abordagens como o desenho universal de aprendizagem (DUA), materializando a participação ampla de pessoas com deficiência. Há uma contribuição ao campo de pesquisa em acessibilidade cultural, trazendo temas e conceitos que estão em evidência: cultura DEF, cultura do acesso e anticapacitismo. A cada edição há um esforço por ampliar a diversidade regional tanto de participantes quanto de palestrantes, apoiando a pluralidade do curso como um todo.

AGRADECIMENTOS

Ao Sesc São Paulo

REFERÊNCIAS

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural**. Disponível em: <https://ceac.medicina.ufrj.br/>